

## SUMÁRIO

Prefácio .....	15
----------------	----

### ISS e Tributação Indevida de “Não-Serviços”, 19

AMANAJÓS PESSOA DA COSTA

1. A CF dá aos Municípios competência para tributarem serviços não sujeitos à competência dos estados-membros .....	20
1.1. A competência dada aos municípios, na CF de 1988, art. 156, III, é exclusiva para serviços – não para outras atividades, outros negócios, outros contratos, outras prestações ou outros institutos .....	20
1.2. Limitada a competência dos municípios no tocante à tributação dos serviços, emerge um requisito para o exercício dessa competência: haver lei complementar que defina (enumere) tais serviços .....	24
2. A lista da LC n. 116 invade competências, amplia competência, contém impropriedades .....	31
2.1. Vários “não-serviços” previstos, para incidência do imposto municipal, na lista da Lei Complementar (LC) n. 116, de 2003, atraem atenção .....	35
2.1.1. Locação e congêneres .....	35
2.1.2. Recauchutagem, beneficiamento, restauração, recondicionamento, condicionamento .....	39
2.1.3. Fornecimento de mercadorias relativas a serviços funerários .....	43
3. Referências bibliográficas .....	45

### A Tributação dos Serviços de Comunicação: Conflitos de Competência entre Estados (ICMS) e Municípios (ISSQN), 47

ANDRÉ MENDES MOREIRA

1. Intróito .....	48
-------------------	----

2. A repartição constitucional de competências tributárias. Impossibilidade de superposição contributiva .....	49
3. Serviços sujeitos ao ICMS .....	53
3.1. Radiochamada .....	54
3.2. TV por assinatura .....	56
4. Serviços de valor adicionado: potencial tributação pelo ISSQN .....	59
4.1. Auxílio à lista, hora certa, despertador e 0900 .....	61
4.2. Provimento de acesso à Internet e hospedagem de <i>sites (web hosting)</i> .....	62
5. Conclusões .....	65
6. Referências bibliográficas .....	65

**Inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base  
da COFINS e do PIS e possíveis reflexos de uma decisão  
favorável aos contribuintes pelo Supremo Tribunal Federal, 67**

CAMILA DE MORAIS LEITE

1. Introdução .....	68
2. Das ofensas à Constituição Federal .....	69
2.1. Da ofensa ao Art. 155, § 2º, III, da CF/88 .....	69
2.2. Da ofensa ao princípio da imunidade recíproca e da isonomia .....	70
2.3. Da ofensa aos artigos 155, II, § 2º, I, e 158, IV, da CF/88 .....	73
2.4. Da ofensa ao artigo 195, I, “b”, da CF/88: conceito de receita bruta .....	74
3. Das conseqüências do julgamento do RE 240.785-2/MG pelo Supremo Tribunal Federal .....	81
4. Conclusões .....	85
5. Referências Bibliográficas .....	86

**Conflito de competência na exoneração tributária:  
“guerra fiscal e danos colaterais”, 87**

CARLOS VICTOR MUZZI FILHO

1. Introdução: conflitos negativos de competência tributária .....	88
--	----

2. Benefícios fiscais e a Lei Complementar nº 24, de 1975 .....	90
3. Celebração de convênios e aprovação pelo Legislativo .....	92
4. Benefícios fiscais <i>versus</i> incentivos financeiros. ....	95
5. Danos colaterais (ou repercussões na não-cumulatividade) .....	101
6. Conclusão .....	111
7. Referências bibliográficas .....	112

## A Tributação dos Serviços Notoriais pelo ISSQN, 115

FILIPPE DE FILIPPO

1. Introdução .....	116
2. Um breve histórico sobre a evolução do serviço notarial .....	116
3. A atipicidade da natureza jurídica do serviço notarial à luz do artigo 236 da CRFB .....	120
4. A atipicidade da natureza jurídica dos emolumentos .....	123
5. Conclusão .....	131
6. Referências bibliográficas .....	131

## Conflito de Competência no ICMS: os Convênios, o Princípio da Legalidade e a Reforma Tributária, 133

FLÁVIO COUTO BERNARDES

I. Introdução .....	134
2. Desenvolvimento .....	134
2.1. Princípio da legalidade .....	134
2.2. Convênios do ICMS x princípio da legalidade .....	139
3. Conclusão .....	148
4. Referências Bibliográficas .....	149

## A Guerra Fiscal e o Direito ao Crédito de ICMS, 151

GUILHERME DE ALMEIDA HENRIQUES

1. Introdução .....	152
2. A República Federativa do Brasil .....	153

2.1. O Princípio Federativo na Constituição de 1988 .....	155
3. A tributação das operações interestaduais .....	157
3.1. O Imposto sobre a Circulação de Mercadorias (ICM) .....	159
3.2. O Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e sobre a prestação de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) .....	162
4. A visão do Supremo Tribunal Federal .....	169
4.1. A inconstitucionalidade na concessão unilateral de incentivos fiscais .....	169
4.2. O direito à manutenção do crédito .....	173
5. Conclusão .....	178
6. Referências bibliográficas .....	180

## Princípios da Tributação na Origem e da Tributação no Destino no Contexto da “Guerra Fiscal”, 183

GUILHERME DELLA GARZA RONZANI

1. Introdução .....	184
2. A tributação do consumo pelo ICMS em operações interestaduais no atual texto constitucional .....	185
3. Algumas Propostas de Emendas à Constituição quanto ao tema da tributação na origem ou no destino .....	186
4. Princípios da tributação na origem e da tributação no destino .....	189
5. Conclusões .....	199
6. Referências Bibliográficas .....	201

## Da Competência do Senado Federal para Fixação das Alíquotas do ICMS nas Operações Interestaduais de Transporte Terrestre e de Passageiros, 203

GUSTAVO LUIZ DE MATOS XAVIER

1. Do Estado Federado e seus efeitos no sistema tributário nacional ....	204
--	-----

2. Da reserva de competência legislativa do senado federal para fixação das alíquotas do ICMS nas operações interestaduais de transporte terrestre de passageiro .....	206
3. Da legislação do Estado de Minas Gerais. Ofensa à Constituição Federal de 1988. Da exacerbação da competência tributária.....	212
4. Referências bibliográficas .....	223

## A Tributação do PIS e da COFINS nas Empresas Locadoras de Bens Móveis, 225

LUIZ GUILHERME DE MELO BORGES

1. Introdução .....	226
2. O conceito de receita bruta na lei 9.718/98 .....	227
3. A inexistência de prestação de serviços das empresas locadoras de bens móveis .....	232
4. A inexistência de prestação de serviços das empresas locadoras de bens móveis .....	236
5. Conclusão .....	237
7. Referências bibliográficas .....	238

## A Tributação dos Bens Incorpóreos no Comércio Eletrônico, 239

MARIA JULIANA DE ALMEIDA FONSECA

1. Introdução .....	240
2. Natureza jurídica do comércio eletrônico .....	240
3. Natureza jurídica dos bens incorpóreos .....	241
3.1. Definição de mercadoria e serviço .....	241
3.2. A natureza jurídica e a tributação dos <i>softwares</i> .....	258
4. Aspecto espacial da hipótese de incidência – definição de domicílio tributário .....	262

5. Fiscalização no comércio eletrônico e evasão fiscal .....	265
6. Conclusão .....	266
7. Referências bibliográficas .....	267

## Incidência do ICMS na Importação, 269

NARA DIAS RODRIGUES

1. Introdução ao ICMS e suas características. ....	270
2. A incidência do ICMS nas importações. ....	272
3. Incidência do ICMS sobre mercadorias importadas e remetidas pela importadora à empresa situada em estado diverso .....	274
4. Importações realizadas por pessoa física ou não-contribuinte do ICMS .....	280
5. Conclusões .....	284
6. Referências bibliográficas .....	284

## Imunidade e os Impostos Circulatórios, 285

ONOFRE ALVES BATISTA JÚNIOR

1. Introdução .....	286
2. A técnica legislativa de traçado das normas de imunidade .....	286
3. A interpretação econômica no direito tributário. ....	289
4. A consideração econômica no elemento teleológico da interpretação .....	292
5. A imunidade recíproca e os impostos circulatórios .....	298
6. A imunidade recíproca e as autarquias e fundações .....	304
7. A imunidade recíproca e as empresas que almejam o lucro .....	307
8. A imunidade das instituições de educação ou de assistência social sem fins lucrativos .....	309
9. Imunidade tributária de templos .....	313
10. Imunidade de livros, jornais e periódicos .....	314
11. Conclusão .....	315
12. Referências bibliográficas .....	317

## A Personalização das Sanções Tributárias e seus Reflexos nas Cadeias de Produção e Circulação de Bens e Serviços, 321

PAULO ROBERTO COIMBRA SILVA

1. A responsabilidade subjetiva pela prática das infrações tributárias ...	322
2. A intransmissibilidade (ou intranscendência) das sanções no Direito Tributário Sancionador .....	325
3. Diferenças fundamentais entre a imputação da responsabilidade tributária pelo pagamento do tributo e a comunicabilidade das sanções tributárias .....	327
3.1. Pressupostos fáticos .....	328
3.2. Restrições e requisitos para imputação da responsabilidade tributária e da responsabilidade infracional .....	331
4. Conclusões .....	336
6. Referências bibliográficas .....	338

## Neutralidade e Justiça Constitucional na Tributação do Consumo: o princípio da não-cumulatividade em perspectiva, 341

RAFAEL TRIGINELLI NERY MIRAGLIA

1. Introdução .....	342
2. Ponto-de-partida: a categoria normativa da não-cumulatividade .....	342
3. O pano-de-fundo: o princípio da não-cumulatividade na perspectiva da justiça constitucional .....	346
4. Da Igualdade à Diferença: a legitimidade política das exceções à não-cumulatividade no plano do ICMS face aos desafios da justiça constitucional e do princípio da neutralidade .....	350
5. Conclusões finais: o jogo de dar e pedir razões .....	356
6. Referências Bibliográficas .....	358

## A Não Submissão da Cessão de Direito aos Tributos sobre o Consumo (ICMS, ISS, COFINS E PIS), 361

RAQUEL RIOS DE OLIVEIRA

1. A cessão de direito .....	362
------------------------------	-----

2. Não sujeição da cessão ao ISS .....	363
3. Não configuração da cessão como hipótese de incidência do ICMS .....	365
4. Não inclusão da cessão no conceito de faturamento submetido à COFINS e ao PIS .....	367
5. Operações com natureza jurídica de cessão de direitos não tributadas pelos tributos sobre o consumo .....	372
5.1. Franquia .....	372
5.2. Exploração econômica de <i>softwares</i> padronizados .....	374
5.3. Locação .....	378
5.4. <i>Factoring</i> .....	380
6. Conclusão .....	382
7. Referências bibliográficas .....	383

## As Distinções entre a Materialidade do IPI, ICMS, ISSQN e a Solução de Conflitos de Competência, 385

SÍLVIA VIEIRA SARÔA

1. Introdução .....	386
2. Distinções entre IPI, ICMS e ISS .....	386
3. A prestação de serviços por encomenda com o emprego de mercadorias .....	395
4. <i>Leasing</i> .....	399
5. A prestação de serviços de valor adicionado. ....	409
6. Conclusão .....	412
7. Referências bibliográficas .....	413

## Os Planos de Saúde e o ISS, 415

VALÉRIA BRAGA RIOS SPORTELLI

1. O ISS .....	416
2. O plano de saúde .....	417
3. A não-incidência do ISS nos planos de saúde .....	419
4. Jurisprudência a respeito da base de cálculo do ISS sobre os Planos de Saúde .....	426



5. Do local de incidência do ISS nos planos de saúde .....	434
6. Conclusão .....	438
6. Referências bibliográficas .....	438